

# Reflexões sobre a Colaboração na Inclusão Escolar: Benefícios e Obstáculos a serem enfrentados

Carla D. M. Berkenbrock<sup>1</sup>, Fabíola S. F. Sell<sup>1</sup>, Silvia T. Frizzarini<sup>1</sup>, Mariana dos Santos<sup>1</sup>,  
Gian R. Berkenbrock<sup>2</sup>

<sup>11</sup>Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)  
Joinville - SC - Brasil

<sup>22</sup>Universidade Federal de Santa Catarina  
Joinville - SC - Brasil

{carla.berkenbrock, fabiola.sell, silvia.frizzarini}@udesc.br

marianasantos0707@gmail.com, gian.rb@ufsc.br

**Abstract.** *Legal frameworks such as Law N°. 13,146/2015, the Brazilian Inclusion Law, have contributed to the increase in the number of students with disabilities enrolled in public and private schools in Brazil. However, observing which educational practices can be utilized within schools for effective inclusion is essential. In this regard, collaboration plays a fundamental role in promoting inclusive education. Through collaboration, education professionals and significant individuals in the student's life can discuss and plan strategies and learning environments that are more accessible, allowing all students the opportunity to reach their full potential. This article presents reflections from researchers of the Research Group on Inclusive Education and Educational Needs (PEINE) on using pedagogical strategies and collaborative systems to foster school inclusion.*

**Resumo.** *Dispositivos legais como a Lei N°. 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão, têm contribuído para o crescimento do número de alunos com deficiência matriculados em escolas públicas e privadas no Brasil. Contudo, é necessário observar dentro da escola quais práticas educacionais podem ser utilizadas para uma inclusão efetiva. Nesse sentido, a colaboração desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. Por meio da colaboração é possível que profissionais da educação e pessoas importantes na vida do aluno possam discutir e planejar estratégias e ambientes de aprendizagem mais acessíveis, onde todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Esse artigo apresenta reflexões de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (PEINE) sobre o uso de estratégias pedagógicas e sistemas colaborativos para fomentar a inclusão escolar.*

## 1. Introdução

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula regulares tornou-se uma tendência e, cada vez mais, uma exigência em todo o mundo. Bases legais, como Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), têm servido como um importante referencial para a implementação de políticas e práticas inclusivas nos sistemas educacionais.

Contudo, o processo de inclusão escolar tem seus desafios. É necessário capacitar os futuros professores para lidar com o contexto real em que irão atuar, incluindo os aspectos políticos e administrativos, bem como aspectos relacionados com as práticas de sala de aula. Tais atividades exigem que os profissionais participem dos processos de acompanhamento, obtenham apoio prático e emocional, e participem de programas de formação para desenvolver suas habilidades. Assim, os professores devem ser preparados para trabalhar com diferentes tipos de alunos com necessidades educativas especiais e deficiências por meio de evidências empíricas baseadas em metodologias diferenciadas (PALACIOS; LARRAZABAL; MONZALVE, 2022).

Nesse sentido, a colaboração é um processo indispensável para o sucesso da inclusão escolar. A parceria entre os profissionais da escola, alunos e família pode promover o desenvolvimento de estratégias que facilitem o aprendizado. A importância de ambientes colaborativos é reforçada no trabalho de Seixas e Parizi (2023), que destaca a necessidade de pesquisadores e estudantes colaborarem durante o aprendizado. Os autores sugerem a criação de espaços colaborativos, que estimulem a interação durante o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de ensino, visando aumentar a troca de experiências e informações. Esse modelo colaborativo, enriquece o processo educacional, e ao criar comunidades de aprendizado pode servir como um meio eficaz para garantir a inclusão dos alunos. Palacios, Larrazabal e Monzalve (2022) mencionam a importância da instrução dos futuros professores em modelos de ensino que considerem a cooperação entre familiares e especialistas em educação, bem como do uso da tecnologia na educação especial.

Este artigo procura refletir sobre a colaboração no contexto da educação inclusiva e apresentar as considerações de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (PEINE) sobre a utilização de estratégias pedagógicas e sistemas colaborativos para promover a inclusão escolar. O restante do artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta estratégias de ensino com foco no trabalho colaborativo. A seção 3 discute casos em que os sistemas colaborativos têm sido utilizados para auxiliar na educação inclusiva. A seção 4 traz reflexões de pesquisadores do Grupo PEINE sobre o uso de estratégias pedagógicas e sistemas colaborativos para apoiar a inclusão escolar. Por fim, a seção 5 apresenta nossas considerações finais sobre o artigo.

## **2. A colaboração na escola no contexto da educação inclusiva**

A educação especial atribui valor aos professores terem um conhecimento específico, para compreender e abordar cada diagnóstico ou necessidade educativa especial, porque são informações para orientar as suas práticas pedagógicas. Quando a formação inicial não prepara os professores para a diversidade de alunos presentes nas escolas regulares, pode ocorrer a individualização das diferenças entre as crianças com necessidades educativas especiais e deficiência, limitando a inclusão (PALACIOS; LARRAZABAL; MONZALVE, 2022).

Estratégias com foco no trabalho colaborativo, como ensino colaborativo e a consultoria colaborativa, podem ser utilizadas no ambiente escolar para favorecer o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

## **2.1. Ensino colaborativo**

No contexto da educação inclusiva, o ensino colaborativo visa garantir que todos os alunos sejam incluídos e tenham acesso a uma educação de qualidade. Ele se baseia na premissa de que cada aluno tem habilidades, conhecimentos e perspectivas únicas que podem enriquecer a experiência de aprendizagem para o grupo na totalidade.

De acordo com Capellini e Zerbato (2019) e Silva (2010), diferentes estratégias podem ser realizadas em sala de aula para o Ensino Colaborativo, tais como: (a) Organizar grupos de trabalho compostos por alunos com diferentes habilidades e necessidades facilita a colaboração, o compartilhamento de conhecimentos e o apoio mútuo; (b) Promover atividades em que os alunos trabalhem em equipe para alcançar objetivos comuns estimulando a colaboração, a comunicação e o desenvolvimento de habilidades sociais; (c) Incentivar a tutoria entre alunos, em que aqueles com mais experiência ou habilidades avançadas orientam colegas com dificuldades, fomentando a cooperação e o estabelecimento de relações positivas; (d) A utilização de recursos visuais, como diagramas, gráficos e imagens, pode facilitar a compreensão e a comunicação entre os alunos, nivelando diferenças de habilidades e estilos de aprendizagem; (e) Estimular os alunos a refletirem sobre suas próprias habilidades e a avaliarem seu progresso promove a responsabilidade individual e a consciência das necessidades alheias; (f) Realizar adaptações no currículo e nas atividades para atender às necessidades individuais dos alunos é fundamental. Isso pode incluir o uso de materiais de apoio, estratégias diferenciadas de ensino e uma avaliação flexível.

É importante ressaltar que o ensino colaborativo não deve ser entendido como um modelo em que o professor se dedica exclusivamente a atender o aluno com necessidades especiais. Tal abordagem pode criar barreiras entre o aluno atendido e os demais estudantes, além de limitar a interação com o professor do ensino regular.

## **2.2. Consultoria colaborativa**

A consultoria colaborativa é um modelo de apoio e cooperação entre profissionais, no qual um consultor colabora com educadores para abordar desafios e aprimorar práticas pedagógicas. No contexto da educação inclusiva, essa abordagem visa promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula regulares, por meio da parceria entre educadores e especialistas. De acordo com Carraro et al. (2022) a consultoria colaborativa visa formar e auxiliar a equipe escolar em efetivo exercício, pois sem essa formação, os profissionais continuam trabalhando de forma isolada.

Algumas etapas para implementar a consultoria colaborativa na educação inclusiva englobam: (a) Identificar as necessidades específicas dos alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem ou altas habilidades/superdotação na sala de aula regular, o que pode envolver a análise de suas habilidades, desafios e metas educacionais; (b) Criar uma parceria colaborativa entre o educador regular e o consultor, com a definição de responsabilidades compartilhadas e o trabalho conjunto no desenvolvimento de estratégias de ensino inclusivas; (c) O consultor deve realizar observações na sala de aula para coletar dados sobre o desempenho dos alunos e as práticas pedagógicas em uso. Essas informações são essenciais para identificar áreas que necessitam de suporte adicional; (d) Com base nos dados coletados, o educador regular e o consultor devem colaborar na elaboração de um plano de ensino inclusivo, que pode incluir adaptações no currículo,

seleção de estratégias de ensino diferenciadas e implementação de recursos de apoio; (e) O consultor deve trabalhar em conjunto com o educador regular para fornecer treinamento e suporte contínuos, incluindo o compartilhamento de conhecimentos, demonstração de estratégias, modelagem de práticas pedagógicas e feedback construtivo; (f) É importante realizar avaliações regulares do progresso dos alunos e da eficácia das estratégias implementadas, fazendo os ajustes necessários para atender às necessidades individuais e garantir uma inclusão efetiva.

A consultoria colaborativa na educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os alunos podem se beneficiar de práticas educacionais inclusivas. Essa abordagem promove a troca de conhecimentos, experiências e ideias entre educadores e especialistas, visando aprimorar a qualidade da educação para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades.

### **3. Sistemas colaborativos para uma escola inclusiva**

Na prática da educação inclusiva, é fundamental considerar elementos que abrangem a formação de professores especializados, a infraestrutura escolar, os espaços de colaboração, os materiais didáticos e a tecnologia.

De acordo com Barron et al. (2022), a tecnologia pode facilitar a implementação do ensino colaborativo, em que os alunos podem ser colocados em grupos em plataformas de aprendizagem comumente usadas, como Google Meet<sup>1</sup>, Zoom<sup>2</sup> ou Microsoft Teams<sup>3</sup>, embora todas as plataformas tenham benefícios e desafios. No geral, a principal vantagem das plataformas é que elas tornam possível a utilização tanto do professor de ensino regular quanto de consultores nas estruturas de ensino, para que os profissionais possam criar uma comunidade de aprendizagem flexível que responda às necessidades dos alunos.

A relevância do ensino colaborativo, não só como uma potencialidade para a construção do conhecimento, mas também como uma possibilidade para situações adversas, é destacada no trabalho de Cerqueira (2021). Diante do cenário ocasionado pela pandemia, professores precisaram repensar sua forma de ensino, e assim surgiu a ideia do mural virtual como ferramenta de colaboração. Cerqueira (2021) relata sua experiência sobre a construção do mural que objetivava estimular a interação entre os alunos, debilitada pelo cenário atual da época. Os estudantes foram capazes de adicionar seus trabalhos no mural virtual utilizando a ferramenta Padlet<sup>4</sup>, trocar ideias e reflexões com colegas, por meio de comentários e outras funcionalidades. Os resultados da atividade proposta receberam um feedback positivo dos estudantes, que conseguiram ter uma visualização geral das produções, além de aumentar o engajamento. Ademais, por meio do relato, percebe-se a importância da utilização de diferentes abordagens, bem como de tecnologias digitais na educação, especialmente na educação inclusiva.

Outras ferramentas, como Gimkit<sup>5</sup>, GoGuardian<sup>6</sup> e Factile<sup>7</sup>, podem ser empregadas para fornecer informações aos professores auxiliares sobre o progresso de aprendiza-

---

<sup>1</sup><https://meet.google.com>

<sup>2</sup><https://zoom.us>

<sup>3</sup><https://teams.microsoft.com>

<sup>4</sup><https://padlet.com>

<sup>5</sup><https://www.gimkit.com>

<sup>6</sup><https://www.goguardian.com>

<sup>7</sup><https://www.playfactile.com>

gem individual dos alunos. Isso possibilita a modificação dos planos de ensino diários ou até mesmo ajustes na abordagem pedagógica durante as aulas. Por exemplo, Barron et al. (2022) cita o uso da ferramenta GoFormative<sup>8</sup> por professores auxiliares de uma turma de matemática do oitavo ano, por onde eles conseguem reconhecer que vários alunos estão tendo dificuldade em resolver as equações devido à falta de fundamentos de multiplicação. Assim, os professores podem trabalhar juntos para fornecer feedback imediato aos alunos e ajudá-los a compreender seu progresso em direção às metas individuais.

Gutierrez-Aguilar et al. (2021) também aponta o uso do WhatsApp como uma das ferramentas de mediação entre pais de filhos com deficiência e seus professores, visto que é importante haver uma comunicação permanente com as famílias, considerando o respeito às características dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A importância do uso da tecnologia na sala de aula também é destacada no trabalho de Algraini (2018), que teve foco em alunos surdos. Os tipos de tecnologia de interesse específico para pessoas surdos ou com deficiência auditiva incluem legendas ocultas, legendas em tempo real, sistemas FM, softwares para leitura de fala, anotações assistidas por computador. Esses tipos de tecnologia podem ser habilitadas algumas ferramentas colaborativas, como, por exemplo, é possível ativar as legendas em no Google Meet, para o acompanhando de alunos surdos que possuem português como segunda língua.

No contexto da educação bilíngue para surdos, o artigo de Silva, García e Souza (2022) ressalta a importância do desenvolvimento de metodologias e tecnologias que auxiliem as necessidades dos alunos surdos. Em sua pesquisa, é apresentado o mapeamento conceitual colaborativo, como uma ferramenta valiosa para a educação desses estudantes, que promove a colaboração entre professores, alunos e familiares. Embora essa metodologia seja reconhecida pela sua potencialidade, pouco se discute na literatura educacional sobre seu uso, tornando-se crucial realizar uma investigação mais profunda sobre essas estratégias colaborativas.

O trabalho conduzido por Moreira (2019) permitiu identificar tecnologias que auxiliam o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência visual. As tecnologias abordadas podem ser integradas com o ensino colaborativo, principalmente pelo seu caráter multifuncional. Diversas ferramentas foram destacadas, entre elas, enfatiza-se o uso do DOSVOX<sup>9</sup>, um software que permite que alunos com deficiência visual utilizem, leitor de texto, ampliadores de tela, calculadora vocal, entre outros utilitários. Além disso, ele possibilita que os alunos operem de maneira autônoma o computador, melhorando a experiência educacional. Moreira (2019) também indica outros instrumentos de acessibilidade, que estão disponíveis integrados diretamente em sistemas operacionais já existentes, como, por exemplo, Narrador, um programa de leitura de tela, integrado no Windows; VoiceOver, um leitor de tela que viabiliza a interação com o conteúdo da tela e a leitura das informações, disponível no macOS e iOS; e o ampliador de tela incluído no Windows, que além de disponibilizar uma lupa, apresenta outras funcionalidades como inversão de cor.

Nesse contexto, mostra-se fundamental a utilização de tecnologias para a criação de ambientes de colaboração, como proposto no trabalho de Brandão et al. (2021), que

---

<sup>8</sup><https://www.formative.com>

<sup>9</sup><https://intervox.nce.ufrj.br/dosvox>

apresenta um dicionário colaborativo da Língua Brasileira de Sinais. Essa ferramenta facilita a comunicação entre alunos surdos e ouvintes e o aprendizado na sala de aula, além de permitir a contribuição de usuários ao dicionário. Essas tecnologias, não só facilitam a interação social, mas também promovem o acesso inclusivo ao conhecimento de maneira adaptada às necessidades de cada indivíduo, colaborando para um ambiente acessível.

De modo similar, tais ferramentas podem ser utilizadas para facilitar a consultoria colaborativa. Calheiros et al. (2019) menciona que a modalidade a distância apresenta-se como um espaço oportuno para o desenvolvimento de um serviço de consultoria colaborativa. No trabalho, os autores descrevem a consultoria colaborativa escolar na área de paralisia cerebral e Tecnologia Assistiva (TA) fornecida por 3 consultoras para duas professoras da sala de aula regular. A consultoria foi realizada por meio da plataforma Moodle, onde as professoras da sala de aula regular puderam relatar suas demandas em relação às suas possibilidades de utilização de recursos de TA para estudantes com paralisia cerebral (PC), bem como receberem orientações e recomendações das consultoras.

#### **4. Principais Discussões com membros do PEINE**

Uma das pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (PEINE) participou do Grupo de Trabalho Coordenador (GTC) para a Revisão do Plano Municipal da Infância e Adolescência (PMIA), conforme o Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC)<sup>10</sup> para o período de 2021 a 2024. Ela foi convidada a discutir a área temática 5, que aborda a atenção a crianças e adolescentes com deficiências físicas e/ou mentais. Para isso, foi realizada uma reunião com membros do PEINE que atuam em escolas municipais da região de Joinville.

Entre os pontos discutidos, constatou-se que o material recebido pelas escolas nem sempre atende às necessidades das deficiências dos alunos. Por exemplo, materiais em Braille são enviados para instituições que não têm alunos cegos, enquanto aquelas que possuem estudantes cegos não recebem esse tipo de material. Além disso, há uma falta de capacitação dos profissionais de ensino para utilizar adequadamente os materiais que chegam às escolas, o que resulta em dificuldades para os professores em sua aplicação.

Atualmente, nas escolas municipais, as crianças com deficiência são acompanhadas por auxiliares que não necessariamente possuem formação em pedagogia. Esses profissionais frequentemente carecem de capacitação específica, e a formação mínima exigida é o Ensino Médio. Além disso, as regras para que o estudante tenha o apoio de auxiliares são bastante restritivas, limitando-se a casos de estudantes com dificuldades relacionadas com a alimentação ou mobilidade reduzida, o que exclui outras especificidades que também necessitam de suporte.

Foi mencionado que crianças com diferentes tipos de deficiência são colocadas na mesma sala para que um único auxiliar possa atendê-las. No entanto, é crucial evitar essa prática, pois o atendimento de deficiências distintas em um mesmo ambiente pode ser inadequado, devido às diversas especificidades de cada deficiência e das particularidades de cada aluno. Além disso, essa situação causa um desgaste significativo para os profissionais envolvidos sem o auxílio pedagógico de outros profissionais.

---

<sup>10</sup><https://ppac.org.br>

Outra dificuldade identificada é a ausência de planejamento antecipado com o professor da sala regular, especialmente no Ensino Fundamental II, onde os alunos têm várias disciplinas com professores diferentes. Não há tempo suficiente disponível para o planejamento e a adaptação das atividades, o que compromete a inclusão efetiva dos alunos.

Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nem sempre é realizado na mesma escola em que a criança estuda, exigindo que o deslocamento seja realizado pelos responsáveis pelo estudante. O professor auxiliar não possui vínculo efetivo, o que resulta em alta rotatividade. Essa situação prejudica o estabelecimento de um relacionamento sólido com os estudantes e compromete o progresso das atividades pedagógicas. Ainda, há uma ausência de um Plano Educacional Individualizado que estabeleça os objetivos pedagógicos para o aluno com deficiência.

Os pontos discutidos indicam que sistemas colaborativos podem desempenhar um papel crucial na melhoria das práticas inclusivas nas salas de aula. Eles facilitam o compartilhamento de recursos adaptados, como materiais em Braille, assegurando que todos os alunos tenham acesso ao que necessitam. Além disso, esses sistemas podem promover a formação continuada de professores e auxiliares, permitindo a troca de experiências e a capacitação no uso de materiais pedagógicos. A comunicação eficaz entre professores regulares e auxiliares também é favorecida, possibilitando um planejamento conjunto que atende adequadamente às necessidades dos alunos com deficiência.

Os sistemas colaborativos também têm potencial para auxiliar na monitorização do progresso dos alunos e na elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEIs), envolvendo toda a comunidade escolar, incluindo as famílias. Acreditamos que ao integrar especialistas e fomentar uma cultura de inclusão, esses sistemas podem contribuir com a redução da rotatividade de profissionais, colaborando para um ambiente escolar mais coeso e solidário. Dessa forma, pensamos que a colaboração pode não apenas melhorar a qualidade do ensino, mas também promover um espaço mais inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

## **5. Considerações Finais**

No ambiente escolar, ainda nos deparamos com uma falta de entendimento do que é inclusão. Inclusão trata do respeito às diferenças, de retirar os barreiras de padronização que ao longo dos tempos foram impostas para permitir que todos tenham seu acesso garantido.

Para se ter uma educação inclusiva efetiva, ainda precisamos ter uma mudança atitudinal. A educação inclusiva não se trata de uma missão pessoal do professor, é preciso fazer cumprir as leis, e para isso a colaboração entre gestores, professores e família possui um papel fundamental.

Contudo, no ambiente escolar, a colaboração tem sido vista mais como um problema de que como uma inspiração. Muitos profissionais da educação se sentem intimidados por expor suas possíveis fraquezas ao se enfrentar o novo, que é trazido por meio da colaboração. Pensamos que a educação ainda precisa passar por uma transformação para entender a importância da colaboração. A organização escolar precisa pensar mais na colaboração, ou seja a gestão da escola necessita fomentar mais a colaboração entre o professor e demais envolvidos na inclusão escolar.

Temos a convicção de que antes de adotar tecnologias, é crucial promover uma mudança de comportamento entre os educadores que valorize a inclusão. Essa transformação é vital para assegurar que as ferramentas tecnológicas sejam utilizadas de forma eficaz para atender às necessidades de todos os alunos. Considerando isso, os sistemas colaborativos podem ser valiosos para criar um ambiente escolar mais inclusivo, proporcionando: (a) Compartilhamento de Recursos - plataformas colaborativas facilitam o intercâmbio de materiais didáticos adaptados; (b) Formação e Capacitação - esses sistemas oferecem programas de formação continuada para professores e auxiliares, permitindo a troca de experiências e o aprimoramento das habilidades no uso de materiais adaptados; (c) Planejamento Conjunto - a colaboração entre professores regulares e auxiliares é facilitada por sistemas que possibilitam o planejamento conjunto das aulas; (d) Monitoramento e Avaliação - ferramentas de monitoramento e avaliação do progresso dos alunos com deficiência ajudam a acompanhar de perto e a adaptar as estratégias pedagógicas conforme necessário; (e) Comunicação com as Famílias - ferramentas colaborativas mantêm uma comunicação aberta e constante com as famílias, alinhando expectativas e garantindo que os responsáveis estejam informados sobre as necessidades e progressos dos alunos.

Acreditamos que uma postura mais empática dos profissionais de ensino, combinada com o uso de sistemas colaborativos, pode fomentar uma cultura escolar que valoriza a inclusão, resultando em um ambiente mais acolhedor e solidário.

### **Agradecimentos**

Ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

### **Referências**

ALQRAINI, F. M. Identifying similarities and differences on how deaf and hard of hearing students learn new vocabulary knowledge. *International Journal of Instruction*, v. 11, n. 4, p. 61 – 74, 2018. Cited by: 2; All Open Access, Bronze Open Access. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85054518488&doi=10.12973%2fiji.2018.1145a&partnerID=40&md5=6fb6017578533f9637a2f8ea75204c54>.

BARRON, T. et al. Co-teaching in uncertain times: Using technology to improve student learning and manage today's complex educational landscape. *Journal of Special Education Technology*, v. 37, n. 3, p. 439 – 446, 2022. Cited by: 4. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85111112300&doi=10.1177%2f01626434211033579&partnerID=40&md5=de6599e13ac2cc7673b806b88483ae64>.

BRANDÃO, J. E. et al. Dicionário colaborativo de libras. In: SBC. *Anais Estendidos do XVI Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos*. [S.l.], 2021. p. 1–6.

Brasil. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. 2015. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).

CALHEIROS, D. d. S. et al. Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professoras: planejamento, implementação e avaliação de um caso. *Pro-Posições*,



UNICAMP - Faculdade de Educação, v. 30, p. e20160085, 2019. ISSN 0103-7307. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0085>.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é ensino colaborativo? *Edicon*, 2019.

CARRARO, A. A. D. et al. Consultoria colaborativa: a importância das parcerias na intervenção do aluno com deficiência collaborative consulting: the importance of partnerships in the intervention of students with disabilities. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 3, p. 16795–16810, 2022.

CERQUEIRA, R. S. O mural virtual como recurso para aprendizagem colaborativa em tempos de aulas remotas no ensino superior. *Revista Thema*, v. 20, n. 1, p. 89 – 101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1870/1791>.

GUTIERREZ-AGUILAR, O. et al. Co-teaching and the use of whatsapp as a mediation tool between parents with children with disabilities and their teachers. In: . [s.n.], 2021. p. 47 – 52. Cited by: 3. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85126684805&doi=10.1109\%2fCONTIE54684.2021.00017&partnerID=40&md5=82382611050bf1e3d9903314d0f98e53>.

MOREIRA, C. M. Os recursos de acessibilidade ao computador como instrumento do desenvolvimento de potencialidades e possibilidades dos alunos com deficiência visual. *Dissertação de mestrados*, 2019.

PALACIOS, R.; LARRAZABAL, S.; MONZALVE, M. Evident demands and absent changes: special education teachers' initial training in chile. *British Journal of Special Education*, v. 49, n. 4, p. 628–647, 2022. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8578.12423>.

SEIXAS, L.; PARIZI, R. Collaborare: Proposta de ambiente colaborativo de suporte à iniciação à pesquisa científica para estudantes de graduação. In: SBC. *Anais Estendidos do XVIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos*. [S.l.], 2023. p. 16–20.

SILVA, A. M. da. *Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos*. [S.l.]: Editora Ibpx, 2010.

SILVA, L. R. da; GARCÍA, L. S.; SOUZA, T. A. F. de. Rumo ao mapeamento conceitual colaborativo inclusivo ao surdo. In: SBC. *Anais Estendidos do XVII Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos*. [S.l.], 2022. p. 23–27.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca*. 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000984/098427por.pdf>.